**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

11/05/2014 ATÉ 11/05/2014

INDÍCE

1	O IMPARCIAL ONLINE	
	1.1 EXECUÇÕES PENAIS.....	1

TJMA e instituições propõem criação de rede integrada de dados prisionais

A criação de uma rede integrada de informações prisionais num esforço conjunto das instituições envolvidas com a questão carcerária no Estado foi a principal pauta da reunião do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (GMF-TJMA), coordenada pelo desembargador Froz Sobrinho, presidente do órgão.

"A proposta é que o sistema integrado disponibilize informações sobre a real situação do preso, além de oferecer opções de serviços, como encaminhamentos, denúncias, regularização da guia de execução penal e vagas de emprego", explicou o desembargador Froz Sobrinho na reunião, que contou com a participação de representantes do Governo Estadual, Ministério Público, Defensoria, Secretaria da Mulher, Secretaria de Estado de Saúde e Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (SEJAP).

O magistrado disse que Governo Federal ainda não investiu num sistema eficaz e integrado de dados prisionais. "Não há informações precisas sobre a situação dos detentos, como localização, dados pessoais e andamento processual atualizado. Esses dados são básicos e precisam ser disponibilizados de forma integrada", afirmou o desembargador, acrescentando que o problema de acesso aos dados atualizados da população carcerária causa inúmeros prejuízos.

CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO - Froz Sobrinho destacou as dificuldades enfrentadas no processo de cadastramento biométrico dos presos provisórios com o objetivo de garantir o direito ao voto aos detentos. A ação, realizada pela Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF), em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), integra o Programa Começar de Novo e é destinada aos presos das unidades prisionais com no mínimo 50 detentos. Foram beneficiados o Presídio São Luís, CCPJ e CADET (Pedrinhas), CDP de São Luís, além dos municípios de Imperatriz, Balsas e Caxias.

"A maioria dos presos provisórios não possui qualquer documento pessoal, o que prejudicou muito o processo de cadastramento biométrico, sem falar das dificuldades logísticas. Conseguimos cadastrar uma média de apenas 100 detentos. Vamos recomeçar tudo, emitindo a documentação pessoal, checando esses dados nos respectivos processos e, sobretudo, implementando a cultura de alimentar os nossos sistemas", informou o desembargador.

Durante a reunião, os representantes de cada órgão se comprometeram a enviar à Unidade de Monitoramento Carcerário informações sobre os diversos sistemas já desenvolvidos e utilizados, com as principais práticas e iniciativas em andamento e, ainda, sugestões para a criação de uma base de dados integrada.

REDE - O diretor de Informática do TJMA, Jorge Henrique Oliveira, afirmou que o esforço conjunto entre os órgãos será fundamental para o desenvolvimento de um sistema eficaz e completo. "Vamos trocar ideias sobre os sistemas que já utilizamos, compreendermos melhor a problemática e, a partir daí, aperfeiçoarmos a rede de dados com base nas melhores iniciativas", afirmou Jorge Oliveira.

Estiveram presentes na reunião o juiz Mário Márcio de Almeida (Corregedoria Geral de Justiça); o promotor Cláudio Cabral; o defensor-público, Bruno Dixon; a assessora do Governo do Estado para assuntos penitenciários, Camila Neves; a gestora dos sistemas INFOPEN/SIDISPEN, Joelma Ribeiro, e representantes da empresa de Informática VTI.